

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RJ

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº nº7581/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.083/2025**

A empresa **RODRIGO FURLANETTO ROSSI – ME**, inscrita no CNPJ nº 15.811.387/0001-33, sediada na Rua Jandira Guerra, nº 50 – Vila São João – Barueri – São Paulo, neste ato representado por seu responsável legal, Sr. Rodrigo Furlanetto Rossi, portador do CPF nº 302.648.448-23e RG nº 30.692.062-1, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar em tempo hábil;

RECURSO ADMINISTRATIVO

Esta empresa recorrente busca, administrativamente, elucidar mediante apresentação destas razões recursais, elementos, visando realizar uma contextualização fática e documental, quanto à decisão que aceitou a proposta mais vantajosa e habilitou a empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, pelo pleno atendimento aos requisitos previstos no instrumento convocatório, sendo cristalino que tal decisão deve ser reparada em face que vem a ser exposto.

É o que procurará demonstrar esta recorrente, no decorrer deste recurso.

I - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A presente justificativa tem como escopo respaldar juridicamente a interposição de Recurso Administrativo por esta licitante, com fulcro no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, que disciplina, de forma expressa, os casos em que cabe recurso no âmbito do procedimento licitatório, conforme transcrição abaixo:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante; (...)"

Nesse contexto, encontra-se expressamente previsto no rol taxativo de cabimento recursal previsto na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Destaca-se ainda que a interposição do recurso é medida que não constitui faculdade discricionária da Administração, mas sim direito subjetivo do licitante, garantido constitucionalmente pelo princípio do contraditório e da ampla defesa, insculpido no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988, aplicável integralmente aos procedimentos administrativos, nos termos da jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas Estaduais, inclusive o TCE-RJ.

II- DA TEMPESTIVIDADE

Considerando que o prazo para apresentação das razões de recurso é de 03 (três) dias úteis, conforme estabelecido na LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, estabelece:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - Recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante; (GRIFO NOSSO)

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - Pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

(...)

Sendo assim, considerando que o prazo recursal iniciou em 03/09/2025 e sendo findado em 18/09/2025, somado ainda que esta recorrente registrou imediatamente sua intenção de recurso em momento oportuno em campo próprio no Sistema ComprasGov seja para aceitação da proposta e habilitação de todos os itens.

Resta-se comprovada a legitimidade e tempestividade deste recurso, assim requer o recebimento do presente para o seu devido processamento e apreciação legal.

III- SÍNTESE DA DEMANDA

Trata-se de **Recurso Administrativo** interposto em face da decisão que habilitou a empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA** no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 90.083/2025 (Processo Licitatório nº 7581/2025)**, cujo objeto consiste na **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande porte.**

A Recorrente, **RODRIGO FURLANETTO ROSSI – ME (CNPJ nº 15.811.387/0001-33)**, impugnou a habilitação da referida empresa, destacando a **inidoneidade e genericidade do atestado técnico apresentado**, bem como a **inadequação do objeto social** e a **ausência de comprovação de expertise específica para o manejo e transporte de animais de grande porte.**

Não obstante as irregularidades apontadas, a decisão recorrida considerou a concorrente habilitada, o que enseja a interposição do presente recurso, visando à **reforma do ato administrativo**, com a consequente **inabilitação da empresa BOM PASTOR**, em observância aos princípios da **legalidade, isonomia, julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.**

IV -DOS FUNDAMENTOS

DA INIDONEIDADE DO ATESTADO APRESENTADO

O atestado é genérico, sem informações de quantidades, prazos ou meios empregados, emitidos por empresa sem pertinência técnica (engenharia), e refere-se a serviço em área fechada, não compatível com o objeto da licitação. Jurisprudência do TCU (Acórdãos 1.214/2013, 1.793/2011 e 2.992/2014) determina a invalidade de documentos assim.

TCU – Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário

“Somente são válidos os atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas que efetivamente tenham contratado e acompanhado a execução dos serviços. Atestados emitidos por terceiros sem essa relação não atendem ao disposto no art. 30 da Lei 8.666/93.”

TCU – Acórdão nº 2.932/2015 – Plenário

“A apresentação de atestados de capacidade técnica falsos ou que não correspondam à realidade dos serviços prestados caracteriza fraude à licitação, sujeitando a empresa às penalidades do art. 97 da Lei nº 8.666/93.”

DA GENERICIDADE DO ATESTADO APRESENTADO

O atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA não atende aos requisitos legais e jurisprudenciais, porquanto é **genérico** e **desprovido de elementos objetivos**.

Com efeito, o documento não traz:

- **Período de execução dos serviços;**
- **Notas fiscais ou contratos que comprovem a efetiva realização;**
- **Quantidade de animais capturados, tratados ou transportados;**
- **Espécie ou porte dos animais efetivamente manejados.**

A ausência desses elementos inviabiliza a aferição da real compatibilidade entre os serviços declarados e o objeto da licitação, contrariando frontalmente a jurisprudência do TCU (Acórdãos nº 1.214/2013-Plenário e nº 2.992/2014-Plenário), que exige que os atestados sejam detalhados e objetivos, de modo a não se reduzirem a meras declarações genéricas de satisfação.

TCU – Acórdão nº 2.992/2014 – Plenário

“Atestados de capacidade técnica não podem se limitar a declarações genéricas de que os serviços foram prestados de forma satisfatória. Devem conter elementos concretos que demonstrem a efetiva compatibilidade com o objeto licitado.”

Dessa forma, trata-se de documento **inábil como prova de capacidade técnico-operacional**, devendo ser desconsiderado pela Comissão.

Verifica-se que a empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, conforme seu contrato social, limita-se a atividades veterinárias, alojamento de animais domésticos e serviços de petshop, sem previsão clara de captura e guarda de animais de grande porte em vias públicas ou transporte intermunicipal.

Em contraste, a empresa impugnante, inscrita no CNPJ nº 15.811.387/0001-33 – RODRIGO FURLANETTO ROSSI, possui objeto social específico que contempla:

- - Captura, alojamento e guarda de animais soltos nas rodovias e logradouros públicos;
- - Serviço de manejo de animais;

- - Atividades em áreas de proteção ambiental, zoológicos, parques nacionais e reservas;
- - Criação de equinos, animais domésticos, animais silvestres;
- - Estrutura compatível para execução do objeto licitado.

Tal comparação evidencia que a empresa **BOM PASTOR não detém expertise necessária**, enquanto a impugnante possui objeto social direcionado ao serviço, confirmando sua aptidão e reforçando a ausência de capacidade técnica da concorrente.

DA INADEQUAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O contrato social da empresa BOM PASTOR não demonstra a existência de veículos próprios, tampouco de instalações adequadas ao cumprimento do objeto licitado, limitando-se a descrever atividades veterinárias genéricas. Ademais, prevê a possibilidade de terceirização de serviços técnicos, o que evidencia a ausência de estrutura própria mínima, indispensável à execução contratual.

Ressalte-se que o Termo de Referência do certame não possibilita a terceirização de serviços, exigindo da contratada capacidade operacional direta e meios materiais adequados ao desempenho das atividades.

Observa-se, ainda, que o objeto social da empresa encontra-se vinculado à atuação em clínica veterinária, não abrangendo o manejo e a contenção de animais de médio e grande porte — tais como cavalos, bovinos e suínos —, cuja complexidade demanda veículos específicos, equipamentos apropriados e equipe capacitada, requisitos não demonstrados pela empresa no processo de habilitação.

OBJETO SOCIAL CLÍNICA BOM PASTOR

BOLETIM DE OCUPAÇÃO E FUNCIONAMENTO	
Nome da Empresa BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇOS VETERINARIOS LTDA-ME	CNPJ da Empresa 09.310.829/0001-65
Endereço da Empresa RUA PEDRO LUIZ PEREIRA DE SOUZA, Nº 100- PARTE: CENTRO- ARARUAMA- RJ- CEP: 28970-000	
Número da Licença 862/2024	Número do Processo 16.652/2024
Atividade Econômica Principal 7500100- ATIVIDADES VETERINÁRIAS	
Atividades Secundárias 4771704- Comercio varejista de medicamentos veterinários 4789004- Comercio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação 9609208- Higiene e embelezamento de animais domésticos	
Data de Emissão 23/12/2024	Validade 23/12/2025
Observação O estabelecimento no endereço e atividades econômicas acima citadas pode funcionar desde que observadas as disposições regulamentares quanto às exigências sanitárias. É obrigatório que esta declaração seja fixada em local visível ao público	

OBJETO SOCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO LICITADO

EMPRESA							
NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO			
35128063768		05/06/2012	25/05/2012				
NOME COMERCIAL						TIPO JURÍDICO	
RODRIGO FURLANETTO ROSSI						EMPRESÁRIO	
C.N.P.J.	ENDEREÇO			NÚMERO	COMPLEMENTO		
15.811.387/0001-33	RUA JANDIRA GUERRA			50			
BARRIO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL		
VILA SAO JOAO	BARUERI	SP	06401-210	R\$	1.000.000,00		
OBJETO SOCIAL							
ATIVIDADES VETERINARIAS, PETSHOP, CAPTURA ALOJAMENTO E GUARDA DE ANIMAIS SOLTOS NAS RODOVIAS E LOGRADOUROS PUBLICOS, SERVICO DE MANEJO DE ANIMAIS, ATIVIDADES DE JARDINS BOTNICOS ZOOLOGICO, PARQUES NACIONAIS, RESERVAS ECOLOGICAS E AREA DE PROTECAO AMBIENTAL, ALOJAMENTO DE ANIMAIS DOMESTICOS, CRIACAO DE EQUINOS, ANIMAIS DE ESTIMACAO, CRIACAO DE ANIMAIS SELVAGENS, SERVICOS DE PORTARIA E RECEPCAO, LIMPEZA DE PREDIOS E DOMICILIOS, ATIVIDADE DE LIMPEZA DE RUAS E LIMPEZAS, ATIVIDADE PAISAGISTICAS.							

Verifica-se que a empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, conforme seu contrato social, limita-se a atividades veterinárias, **alojamento de animais domésticos** e serviços de petshop, **sem previsão clara de captura e guarda de animais de grande porte em vias públicas ou transporte.**

Em contraste, a empresa recorrente, inscrita no CNPJ nº 15.811.387/0001-33 – RODRIGO FURLANETTO ROSSI, possui objeto social específico que contempla:

- - Captura, alojamento e guarda de animais soltos nas rodovias e logradouros públicos;
- - Serviço de manejo de animais;
- - Atividades em áreas de proteção ambiental, zoológicos, parques nacionais e reservas;
- - Criação de equinos, animais domésticos, animais silvestres;
- - Estrutura compatível para execução do objeto lícito.

Tal comparação evidencia que a empresa BOM PASTOR não detém expertise necessária, enquanto a Recorrente possui objeto social direcionado ao serviço, confirmando sua aptidão e reforçando a ausência de capacidade técnica da concorrente.

DA NECESSIDADE DE EXPERTISE NÃO DEMONSTRADA

O objeto da licitação exige **experiência técnica comprovada** em captura, contenção, manejo e transporte **intermunicipal de animais de grande porte**, atividade que demanda não apenas estrutura física e veículos adequados, mas também **treinamento especializado da equipe envolvida**.

O atestado técnico apresentado pela empresa não comprova tal expertise, uma vez que se refere a atividade em **área fechada**, sem indicação de quantidade ou espécies de animais atendidos, tampouco da existência de **pessoal capacitado**.

Ressalte-se que o **trabalho de captura de animais de grande porte deve necessariamente estar previsto no objeto social da empresa**, sob pena de flagrante inadequação jurídica e técnica. Essa atividade exige **previsão formal e treinamento específico**, pois envolve riscos que extrapolam a esfera contratual: além de colocar em perigo a **vida e o bem-estar do animal**, também expõe a risco a **integridade de pessoas e motoristas que transitam pelas vias públicas**, caso a execução seja realizada por equipe sem qualificação adequada.

Assim, a ausência de comprovação dessa expertise configura **óbice intransponível à habilitação**, por comprometer a segurança pública, a proteção animal e a própria efetividade do serviço licitado.

Diante de todo o exposto, resta evidente que o **atestado apresentado pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA** é absolutamente imprestável para fins de habilitação, uma vez que:

- foi emitido em nome de **propriedade rural sem CNPJ**, em afronta ao disposto no edital e à legislação aplicável;
- não apresenta **prazo de execução**, inviabilizando a aferição da real extensão dos serviços;
- não demonstra a execução de **50% do objeto licitado**, seja em quantidade de animais, valores ou período;
- carece de comprovação por **contrato ou notas fiscais de serviço**, documentos que seriam indispensáveis para validar a efetiva prestação;
- não encontra respaldo no **objeto social da empresa**, restrito a atividades clínicas e de petshop, sem previsão de captura e manejo de animais de grande porte;
- apresenta **índice financeiro inferior a 1**, situação que, embora contornada por declaração de capital social, não supre a ausência de capacidade técnica;
- indica apenas um **CRMV**, sem apresentação da **ART** ou de equipe qualificada para execução direta do serviço licitado.

Assim, a manutenção da habilitação afronta os princípios da **legalidade, da isonomia, do julgamento objetivo e da seleção da proposta mais vantajosa**, previstos no art. 37, caput e XXI, da Constituição Federal, bem como nos arts. 5º e 67 da Lei 14.133/21.

Por todo o exposto, **requer a imediata inabilitação da empresa recorrida**, com a consequente correção do procedimento, garantindo a lisura e a segurança jurídica do certame.

V - DAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS E DAS MEDIDAS CABÍVEIS

A manutenção da habilitação da empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, não obstante todas as irregularidades apontadas poderão trazer sérios riscos à lisura e à efetividade do certame.

Em primeiro lugar, a Administração corre o risco de **contratar empresa sem capacidade técnica real para executar o objeto**, o que poderá resultar em **má execução contratual**, gerando prejuízos à coletividade e colocando em risco a **segurança pública**, sobretudo no manejo de animais de grande porte em vias públicas. Além disso, eventual homologação de proposta incompatível com o edital poderá ensejar **responsabilidade do gestor público** por violação à legalidade e por possível dano ao erário.

De igual modo, caso este recurso não seja provido, a Recorrente ressalta que adotará as medidas legais cabíveis, entre as quais:

- a impetração de **Mandado de Segurança**, para salvaguardar o direito líquido e certo violado, diante da inobservância do edital e da lei;
- a formulação de **representação ao Tribunal de Contas (TCU/TCE-RJ)**, para apuração da irregularidade na habilitação e descumprimento da jurisprudência sobre atestados técnicos;
- a **notícia ao Ministério Público**, diante do risco de direcionamento do certame e do potencial prejuízo ao erário.

Tais medidas, embora legítimas, poderiam ser evitadas com o devido provimento do presente recurso, em estrita observância aos princípios da **legalidade, moralidade, eficiência, isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública**.

VI - DOS ASPECTOS OMITIDOS NA ANÁLISE

Embora já tenham sido apontadas diversas falhas graves na habilitação da empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, dois pontos relevantes merecem destaque adicional, pois comprometem ainda mais a regularidade do certame.

1. Índices econômico-financeiros

A habilitação exige a comprovação de parâmetros mínimos de **liquidez**

geral, corrente e solvência, a fim de garantir a solidez econômico-financeira da contratada. Verificou-se, entretanto, que a empresa apresentou índice abaixo de 1 em pelo menos um dos critérios, situação que fragiliza sua qualificação econômico-financeira. A mera declaração de capital social compatível não é suficiente para suprir a deficiência, pois não assegura a efetiva saúde financeira da empresa para cumprir um contrato de tamanha relevância.

2. Capacidade de microchipagem

O objeto licitado abrange não apenas a captura, guarda e atendimento veterinário, mas também a **microchipagem dos animais**. Trata-se de requisito técnico essencial, que demanda estrutura adequada, equipamentos específicos e equipe treinada. A documentação da empresa habilitada, contudo, não apresenta comprovação de capacidade técnica ou operacional para a realização desse serviço, o que configura falha grave e suficiente para sua inabilitação.

Assim, a ausência de comprovação quanto à **regularidade econômico-financeira** e à **capacidade de execução da microchipagem** reforça que a empresa habilitada não atende às exigências para a participação no certame, impondo sua exclusão para resguardar a legalidade e a efetividade da contratação.

VII- DOS PONTOS FRÁGEIS DA HABILITAÇÃO

Ainda que a decisão recorrida tenha admitido a empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA como habilitada, a análise da documentação apresentada revela **fragilidades graves e insanáveis**, que comprometem a lisura do certame e a segurança da futura contratação.

1. **Objeto social incompatível** – a empresa não possui previsão contratual para captura, guarda e transporte de animais de médio e grande porte, restringindo-se a atividades clínicas e de petshop, em desconformidade com o objeto licitado.
2. **Atestado técnico genérico e inválido** – emitido por entidade sem CNPJ, sem indicar prazo, quantidade ou porte dos animais, e sem comprovação por notas fiscais ou contratos. Não atende à exigência mínima de comprovação de 50% da execução do objeto.
3. **Ausência de responsável técnico formalmente designado** – foi apresentado apenas o registro no CRMV, sem a devida ART, documento indispensável para atribuir responsabilidade profissional pela execução do serviço.
4. **Previsão de terceirização** – o contrato social da empresa habilitada admite terceirização, o que demonstra ausência de estrutura própria para execução direta do objeto, em afronta ao requisito de capacidade operacional mínima.

5. **Fragilidade econômico-financeira** – índices apresentados estão abaixo dos parâmetros exigidos, sendo compensados apenas por capital social declarado, o que não assegura a real capacidade econômico-financeira para assumir as obrigações contratuais.
6. **Ausência de comprovação da microchipagem** – a documentação não demonstra a capacidade da empresa para realizar esse serviço essencial, que integra o objeto licitado e exige equipamentos e estrutura específica.


Essas falhas, analisadas em conjunto, demonstram que a habilitação da empresa BOM PASTOR se apoia em documentação insuficiente, inconsistente e desconforme às exigências do procedimento, devendo ser revista para resguardar a legalidade, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa.

VIII- DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Recorrente a esta Comissão/Pregoeiro(a):

1. O conhecimento do presente recurso administrativo, por ser tempestivo e preencher todos os requisitos legais;
2. O provimento do recurso, para que seja revista a decisão que habilitou a empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA, declarando-se a sua inabilitação em razão das irregularidades constatadas;
3. A determinação para que sejam desconsiderados os atestados de capacidade técnicos inidôneos e genéricos, apresentados em desconformidade com o edital e a legislação;
4. Que seja reconhecida a inadequação do objeto social da empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA em relação ao objeto licitado, uma vez que não contempla as atividades de captura, manejo, contenção e transporte de animais de grande porte em vias públicas e intermunicipais, exigidas pelo edital;
5. Em consequência, seja declarada a inabilitação da referida empresa, por ausência de capacidade técnica e incompatibilidade do objeto social com as exigências editalícias, garantindo-se a observância ao princípio da legalidade, à segurança pública e à efetividade contratual.
6. Caso não seja este o entendimento, que o recurso seja encaminhado à autoridade superior, nos termos do art. 165, § 3º, da Lei nº 14.133/21, para apreciação e decisão;

Por fim, requer a adoção das medidas cabíveis para assegurar a observância aos princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa, evitando-se que o certame seja homologado com vícios insanáveis.

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO FURLANETTO ROSSI**
Data: 08/09/2025 20:04:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO FURLANETTO ROSSI
CNPJ: 15.811.387/0001-33
Impugnante
Programa de Integridade
Barueri/SP

DA AUSÊNCIA DE ITENS EXIGIDOS PELO EDITAL

A análise da documentação apresentada pela empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA demonstra que diversos requisitos editalícios não foram atendidos, o que compromete sua habilitação.

Conforme o Edital do Pregão Eletrônico nº 90.083/2025:

- As empresas participantes devem comprovar compatibilidade do objeto social com o serviço licitado (item 4.1.1);
- Devem apresentar atestados de capacidade técnica idôneos e específicos, que comprovem a execução de serviços semelhantes em quantidade e porte compatíveis (item 18);
- Devem indicar responsável técnico com ART/CRMV (item 18);
- Devem demonstrar capacidade operacional própria, sem terceirização, nos termos do Termo de Referência.

A empresa habilitada, entretanto, não atendeu tais exigências, conforme demonstrado no recurso.

QUADRO COMPARATIVO – EDITAL x DOCUMENTOS DA EMPRESA HABILITADA

Exigência Editalícia	Edital – Referência	Situação da Empresa BOM PASTOR	Irregularidade
Objeto social compatível com captura, guarda e transporte de animais de médio e grande porte	Item 4.1.1 - EDITAL - PE 90.083 - 2025	Contrato social restrito a clínica/petshop	Objeto incompatível
Atestado técnico detalhado, com quantidades, prazos e comprovação documental	Item 18 - EDITAL - PE 90.083 - 2025	Atestado genérico, sem prazos, sem número de animais e emitido por propriedade rural sem CNPJ - RECURSO RRVET	Atestado inválido

Comprovação de 50% de execução do objeto (quantidade, porte ou valor)	Item 18 - EDITAL - PE 90.083 - 2025	Não há comprovação de percentual de execução - RECURSO RRVET	Exigência não atendida
Indicação de responsável técnico com ART/CRMV	Item 18 - EDITAL - PE 90.083 - 2025	Apenas CRMV apresentado, sem ART - RECURSO RRVET	Falta de formalidade técnica
Estrutura própria, sem terceirização	Termo de Referência - EDITAL - PE 90.083 - 2025	Contrato social prevê terceirização de serviços - RECURSO RRVET	Descumprimento editalício
Índices econômico-financeiros compatíveis	Item 17 - EDITAL - PE 90.083 - 2025	Índice abaixo de 1, compensado apenas por capital social - RECURSO RRVET	Fragilidade financeira
Capacidade para microchipagem de animais	Termo de Referência - EDITAL - PE 90.083 - 2025	Não comprovada no atestado ou contrato social - RECURSO RRVET	Ausência de comprovação